

GLOBO CABO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 00.108.786/0001-65
NIRE 35.300.177.240

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2000**

I - Data, Hora e Local: 23 de novembro de 2000, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Verbo Divino, nº 1.356, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

II - Convocação: Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico, nos dias 8, 9, e 10 de novembro e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos dias 9, 10 e 11 de novembro.

III - Quorum de Instalação: Acionistas representando 56, 71 % do capital social votante.

IV - Composição da Mesa: Presidente – Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; Secretário – André Müller Borges.

V - Ordem do Dia: (1.) Exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração relativa à 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, para distribuição pública, no valor total de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (e “Emissão” e as “Debêntures”); (2.) Delegação de poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6404/76, bem como sobre a oportunidade da emissão das Debêntures; e (3.) Autorizar a Diretoria a contratar Instituições Financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais, bem como o agente fiduciário e o banco mandatário, com a finalidade de coordenar a colocação das Debêntures.

VI - Deliberações Tomadas por Unanimidade dos presentes: (1.) Aprovar a proposta do Conselho de Administração relativa à realização da 3ª emissão de debêntures da Companhia, com as seguintes características e condições: (i) **Número de Séries:** a Emissão será efetuada em série única; (ii) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01

de dezembro de 2000 (a “Data de Emissão”), (iii) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”); (iv) **Quantidade de Títulos:** serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures; (v) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão; (vi) **Prazo e Vencimento:** as Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de dezembro de 2003 (a “Data de Vencimento”). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação total das Debêntures em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos juros remuneratórios, na forma do item (ix) abaixo; (vii) **Tipo, Forma e Conversibilidade:** as Debêntures serão da forma nominativa, do tipo escritural e não conversíveis em ações da Emissora; (viii) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, conforme o parágrafo primeiro do artigo 58, da Lei n.º 6.404/76, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora e preferência sobre qualquer nova emissão de debêntures que venha a contar com garantia flutuante. As Debêntures serão preferidas em seu privilégio sobre os ativos da Emissora, pelas debêntures da 1ª e da 2ª emissão da Emissora, que também possuem garantia flutuante, conforme o parágrafo terceiro do artigo 58 da Lei 6404/76; (ix) **Juros Remuneratórios:** as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, doravante denominada “Taxa DI”, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano (o “Acréscimo sobre a Taxa DI” e os “Juros Remuneratórios”). A remuneração final aos Debenturistas será apurada de acordo com o procedimento de *bookbuilding* a ser organizado e conduzido pelos coordenadores, que consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures e eventual ágio ou deságio sobre o Valor Nominal Unitário das mesmas. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais

divulgado pela CETIP. Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, observado o quanto segue: (a) o período de incidência da remuneração é o período compreendido entre a data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures, ou seja, entre 01 de dezembro de 2000 e 01 de dezembro de 2003, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração das Debêntures ora definidas e (b) o período de capitalização (o “Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Juros e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Juros e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros subsequente, sendo (b.1) o 1º Período de Capitalização, com início em 01 de dezembro de 2000 e término em 31 de maio de 2001, inclusive; (b.2) o 2º Período de Capitalização com início em 01 de junho de 2001 e término em 30 de novembro de 2001, inclusive; (b.3) o 3º Período de Capitalização com início em 01 de dezembro de 2001 e término em 31 de maio de 2002, inclusive; (b.4) o 4º Período de Capitalização com início em 01 de junho de 2002 e término em 30 de novembro de 2002, inclusive; (b.5) o 5º Período de Capitalização com início em 01 de dezembro de 2002 e término em 31 de maio de 2003, inclusive e (b.6) o 6º Período de Capitalização com início em 01 de junho de 2003 e término em 30 de novembro de 2003, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os Juros Remuneratórios serão devidos nas seguintes datas (cada uma, a “Data de Pagamento dos Juros”): 01 de junho e 01 de dezembro de 2001; 01 de junho e 01 de dezembro de 2002; 01 de junho de 2003 e na Data de Vencimento, qual seja 01 de dezembro de 2003. Para a apuração do valor de quaisquer das obrigações de pagamento das Debêntures a serem liquidadas em datas para as quais, por qualquer motivo, a Taxa DI não seja conhecida, será utilizada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas, na hipótese de divulgação posterior de Taxa DI, quaisquer compensações financeiras, tanto à Emissora quanto aos debenturistas. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou

regulamentar, o Agente Fiduciário convocará os debenturistas para, reunidos em Assembléia de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como “Taxa Substituta da Taxa DI”, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à Emissora, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas. Para todos os efeitos deste item (ix), será considerado o ano de 252 dias. Caso a taxa aplicável, qual seja, a Taxa DI ou a Taxa Substituta da Taxa DI seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias; **(x) Prazo e Forma de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados do deferimento do pedido de registro da emissão das Debêntures pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (a “Data de Integralização”). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos (i) Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização e (ii) considerado o ágio ou deságio sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, durante o procedimento de *bookbuilding* referido no item (ix) acima (o “Preço de Subscrição”); **(xi) Amortização:** O pagamento relativo ao Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizado em uma única parcela, na Data de Vencimento; **(xii) Procedimento de Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para colocação no mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição de acordo com o disposto no artigo 33, da Instrução CVM nº 13/80. Dessa forma, não serão admitidas reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, sendo que serão atendidos, preferencialmente, os clientes dos

coordenadores da distribuição que desejarem efetuar a subscrição e/ou a aquisição das Debêntures; **(xiii) Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88; **(xiv) Decadência do Direito aos Acréscimos:** o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na escritura de emissão das Debêntures ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento; **(xv) Aquisição Facultativa:** a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do Artigo 55, da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas em mercado; **(xvi) Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Debêntures, serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema, na sede da Emissora; **(xvii) Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da escritura de emissão das Debêntures, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de término dos referidos prazos, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos; **(xviii) Publicidade:** todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, no jornal Valor Econômico, edição nacional, ou, na sua impossibilidade, em veículo semelhante; **(xix) Vencimento Antecipado:** são considerados eventos de vencimento antecipado (os “Eventos de Vencimento Antecipado”), sujeitos, observado o disposto neste item (xix), à declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado da Emissão e à imediata exigibilidade do

pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, quaisquer das seguintes ocorrências: (a) perda do controle acionário da emissora, direto ou indireto, por parte da Globo Comunicações e Participações S.A.; (b) pedido de concordata preventiva ou de autofalência formulado pela Emissora ou a decretação da falência da Emissora; (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da sua ocorrência; (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Emissão; (e) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão das Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de aviso por escrito expedido pelo Agente Fiduciário; (f) não manutenção dos Índices e Limites referidos no item (xx) abaixo; (g) início de execução de garantia prestada pela Companhia em montante igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução for proposta por comprovado erro ou má-fé ou se for extinta em até 10 (dez) dias, contados da data da citação da Emissora; e (h) liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, que possa(m) afetar, direta ou indiretamente, as garantias e o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na escritura de emissão. A declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário dependerá de prévia deliberação dos Debenturistas reunidos em assembléia convocada especialmente para esse fim, observado o quórum estabelecido na escritura de emissão. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro-rata temporis*, desde o início do Período de Capitalização vigente até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço da Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar

obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos de mora. O não exercício, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, da faculdade de declarar o vencimento antecipado das Debêntures constitui mera liberalidade, não implicando, em hipótese alguma, em renúncia de direitos, novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora na escritura de emissão das Debêntures; **(xx) Índices e Limites:** A Companhia obriga-se a manter, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, determinados índices e limites (os "Índices e Limites"), a serem definidos pelo Conselho de Administração da Companhia; e **(2.)** Delegar poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6404/76, bem como sobre a oportunidade da emissão das Debêntures; e **(3.)** Fica a Diretoria autorizada a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, bem como o agente fiduciário e o banco mandatário das Debêntures, com a finalidade de coordenar a colocação das Debêntures. **VII. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a se tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida e, achada conforme, assinada por todos os presentes: Mesa: Presidente – Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; Secretário – André Müller Borges. Acionistas: Distel Holding S.A.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


Secretário

